

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: TO000017/2017  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/03/2017  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR011978/2017  
NÚMERO DO PROCESSO: 46226.000522/2017-14  
DATA DO PROTOCOLO: 06/03/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS G E EMP EM HOT BAR REST SIM DO EST DO TOCANTIN, CNPJ n. 38.132.924/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FLAVIO DIAS DA SILVA;

E

SINDICATO DO TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DO TO, CNPJ n. 37.344.744/0001-33, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA LUCIA DORTA POMPEU;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Todos os empregados em hotéis, motéis, bares, restaurantes, pit dogs, choperias, buffets, confeitarias, lanchonetes, churrascarias, pizzarias casas de chá e café, hospedarias, casas de diversões, bingos, danceterias, lanchonetes de padarias, sorveterias, pensões, flats, apart hotel, fast food, bombonieres e similares do estado do Tocantins exceto as cidades: Aliança do Tocantins/TO, Almas/TO, Alvorada/TO, Araguaçu/TO, Arraias/TO, Brejinho de Nazaré/TO, Conceição do Tocantins/TO, Dianópolis/TO, Fátima/TO, Gurupi/TO, Jaú do Tocantins/TO, Lagoa da Confusão/TO, Monte do Carmo/TO, Natividade/TO, Oliveira de Fátima/TO, Paranã/TO, Peixe/TO, Pindorama do Tocantins/TO, Ponte Alta do Bom Jesus/TO, Ponte Alta do Tocantins/TO, Porto Alegre do Tocantins/TO, Porto Nacional/TO, Rio da Conceição/TO, Santa Rosa do Tocantins/TO, São Salvador do Tocantins/TO, São Valério/TO, Silvanópolis/TO, Sucupira/TO, Taguatinga/TO e Talismã/TO. Que pertencem a outra Entidade Sindical, com abrangência territorial em TO, , com abrangência territorial em TO.**

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

A partir de 01 de janeiro de 2017 fica estabelecido o PISO SALARIAL BASE e inicial de R\$ 956,00 (novecentos e cinquenta e seis reais), para serviços gerais, não podendo nenhum integrante da categoria perceber salário inferior ao piso convencionado.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Para as funções abaixo ficam estabelecidos os seguintes pisos:

a) balconista, barman, recepcionista, caixa, almoxarife, atendente de lanchonete ou balconista, escriturário, mensageiro, auxiliar de cozinha, camareira, lavadeira e passadeira, terão assegurado o salário mínimo de R\$ 963,00 (novecentos e sessenta e três reais).

b) Garçons terão assegurado o salário mínimo de R\$ 978,00 (novecentos e setenta e oito reais).

c) Gerentes, maitre, governanta, cozinheiro, churrasqueiro, pizzaiolo, terão assegurado o salário mínimo de R\$ 1.039,00 (Hum mil e trinta e nove reais).

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As funções de camareira, lavadeira e passadeira, para as empresas com até 08 empregados ficam desobrigadas a classificar estas funções, salvo se já as tiver no seu quadro, situação que as obrigará a pagar o piso devido. As empresas ficam terminantemente proibidas de fazer alterações contratuais, gerando desvios funcionais.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Eventuais horas extras prestadas serão remuneradas com o adicional de 55% (cinquenta e cinco por cento).

**PARAGRAFO QUARTO** - O labor realizado em dias de feriados municipais, estaduais e federais, sábado após as 12h00min (doze) horas, neste último caso, observado o cumprimento das 44 horas semanais, será pago pelo menos em 100% (cem por cento) sobre o valor do salário normal.

**PARAGRAFO QUINTO** - O labor realizado nos domingos poderão ser compensados, independente de acordo sindical, desde que respeitado o que dispõe a Lei nº 11.603 de 5 de dezembro de 2007, em seu artigo 1º, parágrafo único, que altera o artigo 6º da lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000.

**PARAGRAFO SEXTO** - Os trabalhos realizados entre as 22h00min e 05h00min, conforme CLT terão sua duração de 52min30seg e serão remunerados em no mínimo 20% (vinte por cento) superiores à hora normal.

**PARAGRÁFO SETIMO** - As empresas poderão compensar horas extras, mediante acordo previamente escrito entre Patrão e Empregado e respeitando o limite máximo de 10 (dez) horas diárias, de forma que o excesso de horas de um dia seja compensado pelo correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o período máximo de 30 (trinta) dias para que se efetive a referida compensação. Ultrapassado os prazos sem que tenha havido a compensação, a empresa se obriga a efetuar o pagamento das aludidas horas extras.

**PARAGRAFO OITAVO** - As empresas que atuem em eventos de no máximo 10 dias, tais como festas, feiras, exposições, encontros, etc., que contratarem trabalhadores para tal fim, enquanto nestas oportunidades, ficam obrigadas aos pagamentos de diárias nos seguintes valores:

a) – para Garçons R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais );

b) – para Maitre, cozinheiro, churrasqueiro e pizzaiolo R\$ 184,00 (cento e oitenta e quatro reais).

c) – para auxiliares de cozinha e de churrasqueiro R\$ 86,00 (oitenta e seis reais).

**PARAGRAFO NONO** - Para os funcionários contratados para trabalharem em eventos externos, como trabalhadores temporários, pagar-se-ão diárias conforme valores abaixo:

- a) – para Garçons R\$ 188,00 (cento e oitenta e oito reais);
- b) – para Maitre, cozinheiro, churrasqueiro e pizzaiolo R\$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais).
- c) – para auxiliares de cozinha e de churrasqueiro R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

**PARAGRAFO DÉCIMO** - Os demais salários dos integrantes da categoria sofrerão um reajuste linear de 07 % (sete por cento).

**PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Quando o pagamento dos salários houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, considerando sábado como dia útil.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

Os empregadores ficam obrigados a fornecer aos empregados, comprovantes de pagamentos discriminados de salários, adicionais, horas extras, gratificações, descontos sofridos e valor de recolhimento do FGTS

### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DESCONTOS DE PREJUÍZOS**

Com base no artigo 462 da CLT, ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários dos empregados, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou convenção coletiva de trabalho.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito se comprovado o dolo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS CHEQUES SEM FUNDOS**

Fica vedado aos empregadores, descontarem dos salários dos empregados, os prejuízos decorrentes de recebimento de cheques sem a provisão de fundos, devidamente vistados pelo gerente ou responsável pela área.

#### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO F G T S**

As empresas ficam obrigadas a depositar o FGTS no domicílio onde se encontrarem seus empregados prestando serviços em caráter permanente.

#### **CLÁUSULA OITAVA - ANOTAÇÃO NA C T P S**

Obrigatoriedade de se anotar na CTPS, os salários, produtividade, triênio, quinquênio e outros benefícios pecuniários Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **Gratificação de Função**

#### **CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

Nas substituições temporárias, o substituto fará jus à diferença salarial existente entre ele e o substituído, a título de gratificação por função, até o último dia que perdurar a substituição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Terminado a substituição, deixará de existir a obrigatoriedade no pagamento da referida gratificação por função, não implicando em redução salarial.

##### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO TEMPO DE TRABALHO À EMPRESA**

A todos os empregados que completarem 01 (um), 02 (dois), 03 (três) ou 05 (cinco) anos de serviços ininterruptamente na mesma empresa, será concedidos respectivamente, 1% (um por cento), 2% (dois por cento), 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento) sobre o salário-base, a título de anuênio, biênio, triênio e quinquênio.

### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INSALUBRIDADE**

O adicional de insalubridade será devido aos empregados que manuseiam produtos químicos, conforme previsão e definição da lei pertinente.

**PARAGRAFO ÚNICO** - É obrigatória a concessão de EPI's pelo empregador ao empregado, nos termos e limites da legislação vigente; e de outro lado, é obrigatória a utilização, pelo empregado, dos EPI's disponibilizados pelo empregador.

### **Outros Adicionais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFERÊNCIA DE VALORES DE CAIXA**

A conferência de valores de caixa será realizada na presença do operador responsável. Quando este for impedido pela empresa de acompanhar a conferência, ficará isento de responsabilidade.

### **Comissões**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TAXA DE SERVIÇO**

Os hotéis e similares poderão acrescentar nas despesas dos hóspedes TAXA DE SERVIÇO no importe de 10% (dez por cento), será distribuído entre os empregados dos estabelecimentos, conforme acordo e tabela de pontos elaborada pelo empregador, no que se dará sem prejuízo da parte fixa do salário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS GORJETAS E COMISSÕES**

Os estabelecimentos que cobrarem de seus clientes, taxa de serviço ou gorjetas no importe de 10% (dez por cento), deverão repassar 7% (Sete por cento) aos Garçons e 3% (Três por cento) divididos entre os demais empregados do turno na proporcionalidade dos respectivos salários base.

Paragrafo Primeiro - Nas Localidades em que houver sede, subsedes ou delegacias sindicais do Sindicato dos Empregados, As empresas, quando solicitadas, ficam obrigadas a celebrar Acordo Coletivo sobre Gorjetas e Comissões, sob pena de multa prevista neste instrumento.

Paragrafo Segundo- A presente cláusula deixará de vigorar nas empresas que celebrarem acordo coletivo sobre gorjetas e comissões.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS COMISSIONADOS**

Os cálculos de quaisquer parcelas, tais como: férias, salário trezeno e demais direitos trabalhistas, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho, de empregados que recebem comissões ou taxa de serviços, serão feitos pela média dos últimos 06 (seis) meses, sobre o repouso semanal remunerado, também incidem comissões

#### **Ajuda de Custo**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AJUDA DE CUSTO**

As empresas com até 08 (oito) empregados concederão a título de ajuda de custo, uma verba no valor de R\$ 10,70 (dez reais setenta centavos) e as empresas com mais de 08 (oito) empregados concederão a título de ajuda de custo, uma verba no valor de R\$ 26,75 (vinte e seis reais setenta e cinco centavos).

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALIMENTAÇÃO**

Nos estabelecimentos que atuam no setor de alimentação, e nos que praticam o regime de compensação de horário na seguinte condição: 12 x 36, ou seja, 12 (doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso, fornecerão obrigatoriamente e gratuitamente, alimentação a seus empregados, **OU**

**VALE REFEIÇÃO NO VALOR DE R\$ 8,00 (OITO REAIS)**, quando estes estiverem no exercício de suas funções. Em caso de prorrogação de jornada normal de trabalho, a obrigatoriedade de fornecer alimentação se estende a todas as empresas da categoria.

### **Auxílio Transporte**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO VALE TRANSPORTE**

As empresas concederão aos seus empregados, nos termos da lei nº 7.619/87 e do decreto lei nº 95.247/87, vale-transporte, desde que os salários dos respectivos empregados estejam no limite que torne a medida benéfica aos mesmos.

### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO AUXÍLIO FUNERAL**

As empresas com até 04 (quatro) empregados pagarão de uma só vez, ao dependente do empregado falecido, nos termos da legislação pertinente, qualquer que seja a causa, um auxílio no valor do salário base do falecido, devidamente integralizado com horas extras, prêmios, etc., no prazo de até cinco dias após entrega do atestado de óbito às empresas.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CRECHE**

É obrigatória a instalação de local destinado à guarda de crianças na idade de amamentação, quando existente no estabelecimento mais de trinta mulheres maiores de 16 anos, facultado o convênio com creches.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

As empresas contratarão Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais, para cobertura a partir do mês de janeiro de 2017, a partir de 05 (cinco) funcionários, e responsabilizando pelo custeio e pagamento sem ônus aos trabalhadores, ficando pactuadas as seguintes coberturas e capitais mínimos:

## GARANTIAS

## CAPITAL

### SEGURADO

Morte	R\$9.000,00
IPA – Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	R\$9.000,00
ILPD–Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença	
Pagamento Antecipado em caso de Invalidez Laborativa	
Permanente Total em decorrência de Doença.	
Esta indenização caracteriza a antecipação de 100% da cobertura de Morte.	R\$9.000,00
Cesta Básica– Auxílio Alimentação – Titular – Morte	
Quantidade e Valor: 06 cestas básicas no valor de R\$ 178,00 cada uma.	
Forma de Pagamento: De uma única vez, em forma de indenização.	R\$ 1.068,00
Auxílio Funeral – Titular – Morte	
Forma de Pagamento: Reembolso até o limite do Capital	R\$2.000,00
Segurado.	
Inclusão Automática de Cônjuge – Morte	R\$2.067,00
Inclusão Automática de Filhos – Morte	
Será devida para óbitos de maiores de 14 anos, já para filhos menores de 14 anos será devido, apenas, reembolso das despesas com funeral conforme Condições Gerais do contrato de Seguro.	R\$ 2.067,00
DIH UTI – Diária de Internação Hospitalar em UTI	
Decorrente de acidente pessoal coberto.	
Limite de Diárias: 05 diárias no valor de R\$ 600,00 cada uma.	
Franquia: 01 dia.	R\$ 3.000,00
Forma de Pagamento: De uma única vez, em forma de indenização.	



DIT – Diária de Incapacidade Temporária por Acidente

Limite de Diárias: 40 diárias no valor de R\$ 15,00 cada uma.

Franquia: 15 dias.

Forma de Pagamento: De uma única vez, em forma de indenização. R\$ 600,00

DIT Cesta Básica – Diária de Incapacidade Temporária - Cesta

Básica

Afastamento por Acidente ocorrido em horário de trabalho. Limite de Diárias: 03 cestas no valor de R\$ 178,00 cada uma.

Franquia: 15 dias.

R\$ 534,00

Forma de Pagamento: A partir do 16º dia de afastamento e devidos quando se completar 30 dias a partir desta data, em forma de indenização, pago diretamente ao Segurado Principal.

Auxílio Medicamentos

Decorrente de acidente ocorrido em horário de trabalho. R\$ 200,00

Forma de Pagamento: Reembolso até o limite do capital segurado.

Cláusula Especial de Cirurgia Decorrente de Acidente

Pessoal

Forma de Pagamento: Reembolso de até 45,72% (quarenta e cinco vírgula setenta e dois por cento) do capital segurado da garantia de Morte.

Os valores reembolsados por esta cláusula serão deduzidos de eventual indenização por Morte ou Invalidez Permanente por Acidente. R\$ 3.000,00

Cesta Natalidade Ticket Alimentação-Ocorrendo o nascimento de filho (s) do (a) funcionário (a) o (a) mesmo (a) receberá ticket-alimentação, caracterizado como Cesta Natalidade, para atender as primeiras necessidades básicas da beneficiária e seu bebê, desde que o comunicado seja formalizado pela mesma até Kit Mãe + Kt Nenê ou

30 (trinta) dias após o parto. R\$ 280,00

Custo mensal aproximado do Seguro por vida: R\$5,98 (cinco reais e noventa e oito centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CORPO TÉCNICO DO SISTEMA FECOMÉRCIO estará estipulando e

credenciando, apólice de seguro junto às seguradoras de renomada especialização com coberturas adequadas à presente Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O sindicato Laboral poderá solicitar vista aos documentos relativo ao Seguro de Vida, inclusive aos contratos celebrados entre a Federação e as seguradoras, desde que seja por escrito com antecedência mínima de 5 dias, dentro das dependência das instituições patronais celebradas.

### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA QUEBRA DE CAIXA**

O exercente da função de caixa, e responsáveis pelo seu fechamento, terá gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu salário.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

As empresas prestarão assistência jurídica a seus empregados, guardas noturnos e vigias, quando os mesmos no exercício de suas funções e em defesa dos legítimos interesses e direitos dos empregadores, no recinto da empresa, incidir em prática de atos que os levem a responder Ação Penal.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

No ato da dispensa por Justa Causa, o empregador entregará ao empregado comunicado, com os motivos circunstanciados da dispensa, contendo a alegação da prática da falta

### **Aviso Prévio**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO AVISO PRÉVIO**

Os empregadores, quando tiverem dado aviso prévio a seus empregados e caso estes comprovem a obtenção de novo emprego, ficam obrigados a dispensá-los do cumprimento do restante do prazo do pré-aviso, sem qualquer ônus para ambas as partes.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Durante o prazo do aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercente de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Estabilidade Mãe**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA ESTABILIDADE DA GESTANTE**

Fica assegurada a estabilidade provisória de 45 (quarenta e cinco) dias à gestante, a contar do término da licença maternidade, salvo contrato de trabalho por tempo determinado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** mediante a comunicação de gravidez pela empregada, a empresa suspenderá o aviso de demissão, sob pena de ter que pagar a correspondente indenização, salvo durante vigência de contrato de trabalho por tempo determinado.

#### **Estabilidade Aposentadoria**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE APOSENTADORIA**

A todo empregado que estiver faltando apenas 01 (um) ano de serviço para sua aposentadoria, desde que tenha pelo menos 01 (um) ano de trabalho na empresa, fica concedida a estabilidade durante esse tempo, ressalvando-se a demissão por justa causa.

#### **Outras normas de pessoal**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO ATRASO DO PAGAMENTO DA RESCISÃO**

Ao empregado dispensado e demissionário, a empresa fica na obrigação de fazer o acerto final (pagamento e homologação) no primeiro dia útil seguinte, a contar do término do aviso prévio ou no prazo máximo de 10 (dez) dias da data da comunicação, quando o aviso for indenizado, sob pena de multa prevista na lei, salvo quando, comprovadamente, o empregado der causa de mora.

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** Tratando-se de aviso prévio trabalhado, o pagamento das verbas rescisórias e a devida Homologação deverão ser efetuados até o primeiro dia útil, após o trigésimo dia, independente do tempo de trabalho do empregado.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** Os valores referentes às verbas rescisórias deverão, obrigatoriamente, ser depositados na conta do empregado demitido, através de transferência, DOC, TED ou depósito na boca do caixa, não sendo permitido o pagamento de outra forma, devendo ser apresentado o comprovante no ato da homologação.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** Se a empresa optar por depositar as verbas rescisórias em caixas eletrônicos, só será aceito o comprovante se apresentado o extrato que comprove a efetivação do crédito na conta do empregado demitido.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REGIME DE COMPENSAÇÃO**

Com base no artigo 7º, inciso XIII, capítulo II da Constituição Federal, fica facultado às empresas manterem o regime de compensação de horário na seguinte condição: 12 x 36, ou seja, 12 (doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso, durante 04 dias alternados na semana, na média de 44 horas semanais, compensando-se o excesso de horas trabalhadas num dia/semana pelo descanso no dia/semana seguinte.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** ? Os empregados que trabalharem na jornada de trabalho de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso) não fará jus á horas extraordinárias, em razão do natural compensação, inclusive nos intervalos para refeições e lanches, face à inexistência de trabalho nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Fica concedido dentro do período de 12 (doze) horas de trabalho, um intervalo de 60 (sessenta) minutos, para alimentação, de uma só vez em horário definido entre empregado e empregador, ficando facultada ao empregado a sua permanência ou não no local de trabalho.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma desta Cláusula, fará o trabalhador jus ao recebimento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

### **Descanso Semanal**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FERIADO DA CATEGORIA**

Fica estabelecido que o dia dos empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado do Tocantins será comemorado no dia 11 (onze) de agosto, o qual será considerado feriado da categoria.

**PARAGRAFO UNICO:** As Empresas e Empregados poderão em comum acordo mudarem a data deste Feriado para o dia do Aniversario do Empregado ou outra data que acharem conveniente em forma de compensação, em caso de demissão do Empregado antes da compensação o feriado deve ser pago em pecunia.

### **Férias e Licenças**

#### **Remuneração de Férias**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONCESSÃO E PAGAMENTO DAS FÉRIAS**

As empresas cumprirão fielmente os artigos 135, 137, 145 e 146 da CLT, bem como o artigo 7<sup>a</sup> - XVII, da Constituição Federal, ou seja.

**a) - AVISO DE FÉRIAS:** Terá, obrigatoriamente, a empresa de apresentar o aviso de férias, com cópia para o empregado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**b) PAGAMENTO DE FÉRIAS:** É obrigatório o pagamento das férias, com cópia para o empregado, com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

**c) VALOR DAS FÉRIAS:** O valor das férias será sempre o salário mais os proventos, ou seja, a remuneração acrescida de 1/3 (um terço).

**d) INÍCIO DO PERÍODO DE FÉRIAS:** O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir com feriados, domingos, ou dias de compensação de repouso semanal.

**PARAGRAFO ÚNICO:** O não cumprimento por parte da empresa do previsto na presente cláusula, automaticamente, o empregado poderá recusar-se a entrar em férias.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DOS UNIFORMES**

Se as empresas exigirem o uso do uniforme, as mesmas fornecerão gratuitamente, por ano, de uma só vez, tendo como referência o mês de admissão do empregado, durante a vigência do presente instrumento, observando as seguintes condições:

**PARAGRAFO ÚNICO** – Será garantido para cada empregado no mínimo 02 (dois), uniformes, se a empresa exigir tipo e/ou cor de calçado, o mesmo passa a integrar o uniforme. A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS EXAMES**

As empresas serão obrigadas a realizarem exames pré-admissionais, quando na admissão de seus funcionários, assim como exames finais de saúde, quando da dispensa, para averiguação de doenças profissionais, sob pena de, caso não realizado e comprovando-se a doença profissional, ser o ex-empregado reintegrado ao serviço, sem prejuízo de suas remunerações no período que ficou desligado da empresa.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS ATESTADOS MÉDICOS**

Para efeito da legislação trabalhista e previdenciária, as faltas dos empregados por razão de saúde serão abonadas mediante a comprovação por atestado médico, obedecendo ao disposto na legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA DECLARAÇÃO MÉDICA**

Fica concedido à empregada, no caso de consulta médica com o filho (a) de até quatorze anos de idade ou inválido, abono de falta de até dois dias por mês, mediante declaração médica.

**PARAGRAFO ÚNICO** – No caso de internação de filho até 12 (doze) anos, o abono de falta será de até 02 (dois) dias, mediante atestado médico.

#### **Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ACIDENTE DE TRABALHO**

Fica assegurada a estabilidade de 12 (doze) meses (lei 8.213 art. 118), a contar da data do retorno ao trabalho do empregado afastado por motivo de acidente de trabalho ou doença profissional.

#### **Relações Sindicais**

##### **Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE SINDICALIZAÇÃO**

As empresas se obrigam a não obstacularizar o direito de sindicalização do trabalhador representante Sindical

#### **Garantias a Diretores Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA LICENÇA A SINDICALISTAS**

Será concedida licença não remunerada aos dirigentes sindicais para participação de congressos, cursos, conferências, reuniões, seminários e sempre que houver necessidade do sindicato, pelo período de até

cinco dias, uma única vez por ano, mediante prévia comunicação as empresa e correspondente comprovação documental da participação do empregado.

**PARAGRAFO ÚNICO** – Durante a vigência da presente convenção coletiva de trabalho, 04 (quatro) dos dirigentes da entidade sindical profissional poderão faltar ao trabalho em 01 (um) dia por mês sem remuneração, para fim de prestar serviço à entidade sindicato, mediante declaração exarada pela entidade relatando a atuação sindical do empregado Garantias a Diretores Sindicais.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - COBRANÇA DE MENSALIDADES**

As empresas permitirão que pessoas credenciadas ingressem em seus estabelecimentos para recebimentos de mensalidades dos associados, ou ainda para promover a associação de empregados, na forma do Art. 513 letra “ e” c/c Art. 543 da CLT, desde que não haja prejuízo para o andamento do serviço.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DOS DESCONTOS AUTORIZADOS**

As empresas ficam obrigadas a procederem aos descontos na folha de pagamento de seus empregados, a favor do sindicato profissional, que sejam aprovadas em Assembléia pelo sindicato obreiro, ou autorizados diretamente pelos seus empregados.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Os descontos referir-se-ão a contribuição sindical, contribuição assistencial, contribuição confederativa e ou mensalidade sindical.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - As empresas que não realizarem tais descontos em folhas, responderão com o pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) dos valores que não foram descontados, além da atualização monetária, que será feita pela variação da UFIR ou outro índice que venha a substituí-lo e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - As empresas remeterão ao Sindicato profissional, cópias reprográficas dos recolhimentos a favor do sindicato, quando pagas em rede bancária e não diretamente a entidade.

**PARAGRAFO QUARTO** - As empresas que efetuarem os descontos e não fizerem o repasse ao sindicato de empregados arcarão com a multa de 65% (sessenta e cinco por cento), sem prejuízo da atualização retro mencionada e incidência de juros de mora, além da correspondente Ação Penal por apropriação ilícita.



**PARAGRAFO QUINTO** - O repasse será efetivado até 10 (dez) dias após o desconto, sob pena de multa de 5% (cinco por cento) a cada trinta dias de atraso. Feito o repasse após o prazo correto de (cinco) dias e anterior á trinta dias, a multa será pro-rata, a razão de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Tendo em vista o que dispõe sobre a Contribuição Assistencial prevista na letra “e” do art. 513 da CLT, consolidada pela Súmula nº 86 do TRT da 4ª Região. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Representantes da FECOMERCIO/TO, objetivando garantir os recursos financeiros necessários à manutenção, prestação de serviços e demais atividades da respectiva entidade, todas as empresas do Estado de Tocantins, integrantes das categoria negociada neste instrumento, consignadas nesta Convenção Coletiva, deverão recolher a Federação do Comercio de Bens, Serviços e Turismos do Estado do Tocantins, a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, em cota única e anual, no valor correspondente a R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais).

**PARAGRAFO ÚNICO:** O recolhimento da Contribuição Assistência de que trata a presente Cláusula deverá ser efetuado pelas empresas até o último dia útil do mês de setembro, mediante guia previamente obtida, por meio da página da internet ou na sede do Fecomércio.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Fica mantida a Comissão de Conciliação Prévia, conforme previsão do artigo 625-A da CLT Consolidação das Leis Trabalho – nos termos da Lei no. 9.958, de 12/01/2000.

#### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA MULTA**

Os empregados e empregadores que violarem os dispositivos da presente convenção ficam sujeitos à multa no valor do piso mínimo da categoria do empregado envolvido, em favor da parte prejudicada.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DO FORO E COMPETENCIA**

Todas as controvérsias decorrentes da presente convenção coletiva, ao que concerne a cobrança de Mensalidades Associativas, Contribuições Sindicais, Assistenciais e Confederativas ou direitos patrimoniais, ou ainda da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA MULTA, desta Convenção Coletiva, de sua execução e liquidação, serão resolvidas, em definitivo, nos termos do Regulamento da Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem CONCILIA - TO, Localizada na quadra 104 Sul, Rua SE 09 LT 31 Palmas, TO, por um ou mais árbitros nomeados na conformidade do Regulamento da mesma. Com a Chancela dos devidos Sindicatos.

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS PARA HOMOLOGAÇÃO**

As rescisões de contrato de trabalho, seja por dispensa ou pedido de demissão, serão homologadas no Sindicato laboral ou em suas delegacias, se existirem, para todos os trabalhadores que tenham vínculo empregatício de 06 (seis) meses, ou superior, de tempo de serviço, ocasião em que as empresas apresentarão os comprovantes de pagamento de todas as taxas, contribuições, mensalidades, devidas aos sindicatos correspondentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Além dos documentos determinados pela legislação pertinente; as empresas deverão apresentar as guias de recolhimento das Taxas e Contribuições legais devidas aos Sindicatos Laborais e Sindicatos Patronais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As empresas cadastradas no simples são isentas de apresentarem as guias de recolhimento da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical devida ao Sindicato Patronal, tendo para tanto que apresentar a devida certidão fornecida pela RECEITA FEDERAL atualizada.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA DIVULGAÇÃO DA CONVENÇÃO**

As partes obrigam-se a dar ampla publicidade a presente convenção

FLAVIO DIAS DA SILVA  
Presidente  
SIND DOS G E EMP EM HOT BAR REST SIM DO EST DO TOCANTIN

MARIA LUCIA DORTA POMPEU  
Presidente  
SINDICATO DO TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DO TO

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA SINGAREHST TO**

[Anexo \(PDF\)](#) Ata Assembleia Singarehst TO

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.